



INDÍCIOS DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UNIPAMPA – CAMPUS BAGÉ

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo investigativo tem por finalidade trazer os resultados iniciais de estudos realizados acerca das concepções de Inovação Pedagógica analisadas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Matemática-Licenciatura, em funcionamento no campus Bagé da UNIPAMPA. Segundo o documento, o curso possui a duração mínima de 7 semestres e máxima de 16 semestres, sendo ofertadas 50 vagas anualmente, conferindo o título de Licenciado(a) em Matemática ao aluno graduando do curso.

Neste texto, mostraremos os primeiros indícios de inovação pedagógica identificados, com esta intencionalidade, a partir da análise do PPC.

2 METODOLOGIA

No projeto pedagógico do referido curso foi realizada uma análise documental, numa abordagem qualitativa do conteúdo. O levantamento das informações gerais do curso, bem como a identificação dos indícios de inovação pedagógica foram realizados a partir de um roteiro previamente desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Inovação Pedagógica na Formação Acadêmico-Profissional de Profissionais da Educação (GRUPI) cadastrado no CNPq¹, integrado pelos autores deste texto. Este roteiro organiza a análise do PPC em duas etapas: a primeira com levantamento das informações básicas do curso, apresentados na introdução deste trabalho e a segunda, com foco em cinco dimensões de inovação pedagógica: a) gestão pedagógica, b) currículo, c) ambiente, d) metodologia e e) inter-relações estabelecidas pelos segmentos da comunidade escolar com a comunidade externa. A partir deste roteiro, fez-se o levantamento das informações em processos desenvolvidos em reuniões realizadas pelos autores e também com trabalhos individuais, posteriormente registradas em uma wiki disponível em uma página da plataforma Moodle do GRUPI². Na próxima parte deste trabalho, discute-se os achados desta análise preliminar.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Matemática, objeto desta análise, foi reformulado a partir da versão de 2009, por meio de reuniões, fóruns e diálogos entre os atuais docentes e discentes do curso, de acordo com as orientações da avaliação do Ministério da Educação

1 Disponível em <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5930141100172062>> Acessado em 13 set. 2018

2 Disponível em <<https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/course/view.php?id=5130>> Acessado em 13 set. 2018

(MEC), realizada em 2011. Em 2013, o projeto foi finalizado e implementado a partir do ano de 2014.

Ainda, no início do documento, constata-se que o curso denota preocupação com a formação continuada do futuro professor de Matemática, ao mencionar ciência “de que a formação de um profissional não se esgota durante a graduação” e almejar que o graduando tenha “capacidade de continuar sua formação em nível de pós-graduação”. Neste viés, o PPC apresenta como objetivo construir um curso cuja identidade é formar “um professor preparado para enfrentar os desafios que envolvem o ensino e a aprendizagem de matemática” (PPC, 2013, pág. 6). Além disso, considera-se o PPC como uma referência para a reflexão e a constante discussão no processo de formação do futuro professor e um guia para a consecução das metas, refletindo o que os docentes entendem por qualidade na formação de professores e “sendo aberto a inovações na medida em que novas metodologias e conhecimentos sejam desenvolvidos” (Ibidem, p. 6).

Na seção da metodologia, o PPC apresenta que os pressupostos teórico-metodológicos foram assumidos pelo curso a partir do Projeto Institucional da Universidade, ao reconhecer e valorizar “o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo, orientando para a construção de novos saberes, para o desenvolvimento de competências, de habilidades e para a formação humanística, comprometida com a ética, a cidadania e a justiça social. Alunos são estimulados à crítica da realidade no processo educativo (Ibidem, p. 34)”.

Também, o curso refere o parágrafo único do Art.5º, da Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores: “[...] a aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas (BRASIL, 2002, p.3 apud PPC, 2013, p. 34)”.

Desta forma, com base no Art. 2º da mesma resolução, o PPC apresenta formas de orientação à atuação docente na formação de professores, como:

I - o ensino visando à aprendizagem do aluno, reconhecendo a interdisciplinaridade como elemento essencial da construção do saber; II - o acolhimento e o trato da diversidade; III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural; IV - o aprimoramento em práticas investigativas; V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação, perpassando as várias áreas do conhecimento; VII – o uso de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; VIII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe; IX – a abordagem de temas transversais como pressupostos formadores da cidadania; X – a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como base da formação acadêmica. (BRASIL, 2002, p.1).

Sobre a avaliação do processo ensino aprendizagem, o PPC refere o artigo 59 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, “A avaliação da aprendizagem do discente nos componentes curriculares é processual, contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos” (IBIDEM, p. 35), destacando que a prática avaliativa visa o desenvolvimento de ações dinâmicas, formativas, processuais e diagnósticas, compreendida como “[...] uma estratégia que tem por objetivo diagnosticar e perceber os progressos e as fragilidades no aprendizado dos alunos, bem como nas estratégias de ensino do professor, para que o processo de ensino e aprendizagem seja redirecionado e reorganizado” (IBIDEM).

Sobre a avaliação institucional, o PPC apresenta que compreende a auto-avaliação do curso, com o apoio da Comissão Local de Avaliação, orientados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme consta no PPC:

como processos contínuos que visam ao monitoramento das ações desenvolvidas e sua adequação à realidade, permitindo reformulações das práticas pedagógicas, bem

como das concepções que fundamentam este documento. Visam também a aperfeiçoar e a melhorar a qualidade das ações e opções cotidianas, tornando a coordenação ciente das preocupações, demandas e problemas apresentados por alunos e professores. A avaliação é planejada pela Comissão de Curso e executada por todos os envolvidos no processo – docentes e discentes (PPC, 2013, p. 109).

Também, o PPC prevê o acompanhamento de egressos como parte integrante da avaliação institucional.

Quanto às formas de avaliação, o PPC apresenta que podem ser escritas e orais, uso de tecnologias e materiais; trabalhos em equipe, atividades de docência simulada, elaboração de projetos, pesquisa bibliográfica, elaboração de artigos, relatórios e trabalhos acadêmicos como o Trabalho de Conclusão de Curso; apresentação de trabalhos e seminários etc.

Em relação aos instrumentos e critérios de avaliação do processo de aprendizagem, o PPC transcreve as orientações do artigo 59 da Resolução 29/2011 (UNIPAMPA, 2011, p.11), acrescentando uma recomendação

Por se entender a prática avaliativa como uma ação continuada recomenda-se que esta seja distribuída ao longo do período do componente curricular com a aplicação de, no mínimo, 02 (dois) momentos de avaliação. Convém salientar que não está suprimida a possibilidade de instrumentos tradicionais avaliativos (prova escrita, individual, sem consulta, com tempo limitado) respeitando os objetivos a serem alcançados por cada componente curricular e as particularidades da mesma, bem como o plano de ensino definido previamente pelo professor responsável. (PPC, 2013, p. 36)

Também com base na Resolução 29/2011, assegura-se a realização de atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitado nos planos de ensino.

Para a avaliação do PPC, atribui-se a competência ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso: “O objetivo do NDE é propor ações para concretizar a proposta de curso estabelecida no PPC” (PPC, 2013, p. 23), com a realização de reuniões periódicas visando sugerir e discutir estratégias para avaliação e auto-avaliação do Curso. Também, com base no Regimento Geral da Universidade (Resolução Nº 5/2010), consta no PPC que “... a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao Curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas (IBIDEM, p. 95)”.

Destaca-se também a inserção dos acadêmicos no contexto escolar, citando como exemplo a participação dos discentes no Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), com o objetivo de:

[...] proporcionar aos egressos uma formação qualificada para atender às exigências da Educação Básica (...) promovendo com isso a aproximação com o campo de intervenção, a produção de conhecimentos e de novas experiências pedagógicas, articulando aspectos da cultura geral com a cultura escolar. (PPC, 2013, p. 34).

Desta forma, percebe-se a articulação entre a educação superior e a educação básica, como forma de incentivar o protagonismo das escolas nos processos formativos dos estudantes das licenciaturas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a inovação pedagógica visa, conforme assumido pelo GRUPI:

consiste em um conjunto de intervenções pedagógicas, criadas por decisões coletivas e participativas, com intencionalidade deliberada para gerar mudanças nas estratégias de construção ou organização de conhecimentos que se alinhem às transformações histórico-sociais necessárias aos fins pretendidos. (MELLO e FREITAS, 2017, p.1800).

Observa-se que os fins pretendidos em instituições escolares são a garantia da aprendizagem para todos.

Deste modo, considera-se esta uma análise preliminar do PPC, pois, constata-se indícios de inovação pedagógica em três dimensões de inovação: i) na metodologia, em relação a indicação de abertura a estratégias inovadoras para o desenvolvimento de conhecimentos dos licenciandos; ii) ao currículo, na busca por assegurar a realização de atividades de recuperação, discutidas em reuniões periódicas que visam sugerir e discutir estratégias para avaliação e nas iii) inter-relações estabelecidas pelos segmentos da comunidade escolar, no tocante a valorização do protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo, verificado no estímulo à crítica dos estudantes aos processos propostos, bem como no acompanhamento dos egressos do curso e monitoramento das ações desenvolvidas no curso, bem como na articulação entre segmentos da educação superior e da educação básica, observado no estímulo ao licenciando no contexto escolar. Observações preliminares já que, para que se compreenda mais sobre como estes indícios contribuem para garantir a aprendizagem de todos, o GRUPI pretende, como uma das ações do projeto guarda-chuva³ "Inovação pedagógica na formação de profissionais do magistério/da educação", em desenvolvimento, entrevistar membros do NDE do curso.

Mesmo assim, ao final deste trabalho é possível concluir que o PPC de Licenciatura em Matemática apresenta indícios de inovação pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acessado em: 06 set. 2018.

MELLO, E. M.; SALOMÃO DE FREITAS, D. P. A formação docente no viés da Inovação Pedagógica: processo em construção. **Anais ...** [recurso eletrônico] / XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação: estado, políticas e gestão da educação: tensões e agendas em (des)construção. João Pessoa-PB, 2017, p.1793-1802. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/XXVIISIMPOSIO/publicacao/AnaisXXVIISimposio2017.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

UNIPAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Matemática – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa- Campus Bagé.** Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/89/3/PPC_Matem%C3%A1tica_%20Bag%C3%A9.pdf>. Acessado em: 29 ago. 2018.

3 Registrado no SIPPEE/UNIPAMPA, sob o número 10.025.16., aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa da UNIPAMPA (CEP/UNIPAMPA) (Parecer consubstanciado nº 1.867.153) e registrado na Plataforma Brasil: CAAE: 56831616.3.0000.532. O referido projeto de pesquisa foi prorrogado por mais dois anos (até 30/12/2019), sob Parecer emitido pelo CEP/UNIPAMPA (Parecer consubstanciado nº 2.570.399).

UNIPAMPA. **Resolução nº 71, de 27 de fevereiro de 2014.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 – 2018) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf> Acesso em: 12 de set. 2018.

UNIPAMPA. **Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010.** Aprovar o Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/tecnologiaagroalimentar/files/2013/07/resolucao-no-5-de-17-de-junho-de-2010_regimento-geral-da-unipampa.pdf> Acessado em: 13 set. 2018.

UNIPAMPA. **Resolução Nº 29, de 28 de abril de 2011.** Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-29_2011-Normas-B%C3%A1sicas-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 13 set. 2018.